



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02/16

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 21 DE ABRIL
DE 2016**

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Sérgio Miguel Pratas Duarte, João Ladislau Teles de Matos, Paula Alexandra Ferrão Pereira e Henrique Infante da Câmara.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Manuel Carlos Bento Fradiano, Bruno José Pereira Soares e Maria Amélia Martins Faria dos Santos.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

-João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

O presidente da Assembleia Municipal informou que Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, 2.ª Secretária da Assembleia, solicitou a suspensão do mandato por 8 meses a partir da data da presente sessão, por motivo referente ao exercício do direito de maternidade, o que foi aceite, tendo tomado posse em sua substituição Ana Cristina Almeida Brandão, após ter prestado juramento legal e assinado a ata.

De seguida procedeu-se à eleição do 2.º Secretário e a CDU propôs Sérgio Miguel Pratas Duarte para o referido lugar.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- 19 votos a favor e 4 votos em branco.

Ficou desta forma eleito para 2.º Secretário da Assembleia Municipal, Sérgio Miguel Pratas Duarte.

Faltaram à sessão:

Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Luís Miguel Reis Maia, dado que Miriam Boieiro também justificou a sua ausência por motivo de saúde.

Mário Luís Pintado Alves, por motivos profissionais, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo Lopes.

As justificações de falta foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia colocou à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão de 22 de junho de 2015:

Após ser submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão de 21 de fevereiro de 2016

Submetida à discussão, Iolanda Nunes propôs as seguintes alterações:

Na página 14, no 1.º parágrafo, onde se lê “refutou” deverá ler-se “furtou”; - no 2.º parágrafo onde se lê “refutarão” deverá ler-se “furtarão”; onde se lê “relacionara” deverá ler-se “relacionará” – no 3.º parágrafo, onde se lê “em” deverá ler-se “numa”; onde se lê “uma” “conhece” deverá ler-se “uma parte conhece” e onde se lê “bastante” deverá ler-se “demasiado”.

Submetida à votação com as alterações propostas, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Iolanda Nunes, solicitou por escrito, um esclarecimento sobre diferenças relativas à distribuição de água distribuída e consumida.

Questionou da legalidade da situação de ocupação de espaço público (estacionamento) que se verifica junto ao restaurante “Jangada do Tejo” em Alcochete e solicitou um aviso prévio, aquando do carregamento no espaço reservado, da documentação para as sessões da Assembleia Municipal.

O presidente da Assembleia esclareceu relativamente à última questão, ter ficado estabelecido que a documentação será sempre colocada na plataforma de acordo com o estipulado no Regimento, tornando-se assim dispensável o aviso.

- Natacha Patinha:

Solicitou esclarecimentos sobre o processo de retrocesso na privatização da SIMARSUL.

- Luiz Batista:

Apresentou alguns reparos (já recorrentes) sobre:

- Iluminação pública (ligação tardia);

- Queixa relativamente ao que se passa na envolvência do terreno da antiga DRAGAPOR.

- Preocupação por ainda ver a circular viaturas que deveriam ter sido abatidas (certamente com manutenção dispendiosa) dada a aquisição de 3.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- - Pedro Canteiro, em nome do CDS-PP, apresentou um Voto de Pesar “Pelos Atentados de Bruxelas”.

Submetido à discussão, usaram da palavra os seguintes membros:

- Fábio Bernardo:

Afirmou que a bancada da CDU se revê na maioria do texto do Voto de Pesar, apesar de lhe faltar a indicação das verdadeiras razões que levam a estas situações.

- Luiz Batista:

Entende que o terrorismo pode acontecer em qualquer local e que é um combate muito difícil, pelo que a bancada do PSD se solidariza com a proposta apresentada pelo CDS-PP, sem qualquer restrição.

- Patrícia Figueira:

Explicou que o texto foi feito no sentido da soberania dos Estados e a defesa dos valores que construíram a União Europeia e não no sentido bélico.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Natacha Patinha, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “40 Anos da Constituição da República Portuguesa”.

Submetida à discussão, foram registadas as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha:

Teceu comentários quanto à Constituição da República Portuguesa, referindo que a Constituição é um texto que a acompanha desde o tempo da Faculdade e que todos os cidadãos deviam ler e conhecer, para em determinadas situações não opinarem por desconhecimento. A propósito, salientou a mágoa (não era nascida) que tem, por não ter acompanhado os acontecimentos da revolução do 25 de Abril, dado ficar empolgada com os relatos entre outros, do Prof. Dr. Jorge Miranda.

- Luiz Batista:

Congratulou-se com os 40 anos da Constituição. O PSD esteve na sua génese assim como nas revisões, não deixando de frisar que provavelmente outras revisões irão ser feitas de acordo com a evolução da sociedade. No entanto, não concorda com o expresso na moção.

- Fernando Leiria:

Lembrou que o anterior Governo propôs 12 inconstitucionalidades, coisa nunca vista até ao momento, salientando por isso, ter sido o Tribunal Constitucional a fazer prevalecer a Constituição.

- Fábio Bernardo:

Frisou que caso o PSD votasse favoravelmente esta moção, algo estaria muito errado, acrescentando inclusive que na Assembleia da República que apesar de não concordarem com a Constituição a votaram, mas apenas, por ser socialmente correto à altura.

Mais disse, que o PCP contribuiu para a sua conceção, aprovou-a e até agora nada fez para a desvirtuar.

- Presidente da Câmara:

Afirmou que o nosso texto Constitucional é claramente um dos mais progressistas do mundo em termos de filosofia política e humanista e continua a surpreender os mais incautos, salientando ser muito perigoso o caminho de cedência dos valores, direitos, liberdades e garantias (como está a acontecer na União Europeia) estaremos a ceder perante tudo o que é mais fundamental e perante aquilo que esta Assembleia votou hoje favoravelmente, ou seja, uma moção contra o terrorismo.

Durante quatro anos, o Governo PSD/CDS não manteve uma relação muito próxima com a Constituição, porém, esta não se acomodou às estruturas. É viva e orgulhamo-nos dela.

- António Almeirim:

Informou que em abril de 1976 já tinha alguns anos de luta pela liberdade e teve uma enorme sorte em estar nas bancadas da Assembleia da República quando foi votada a Constituição.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor do PS, CDS-PP e CDU e 2 votos contra do PSD.

- Luís Cardoso, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “25 de Abril”.

Submetida à discussão, Luiz Batista propôs algumas alterações ao texto, o que não foi aceite pela bancada da CDU.

- Paula Pereira:

Lembrou Luiz Batista que o 25 de Abril se defende todos os dias e não praticando as políticas que o Governo PSD/CDS praticou nos últimos quatro anos.

Mais afirmou, que a CDU não está disponível para fazer alterações ao texto apresentado.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor da CDU e PS e 5 abstenções (3 do CDS-PP e 2 do PSD).

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara, sucintamente, informou:

Relativamente à iluminação pública a Câmara aplicou algumas soluções de redução da faturação, logo redução de encargos, o que contribui para uma melhor e maior sustentabilidade. O anterior Governo em nada ajudou, dado ter aumentado exponencialmente o IVA associado ao consumo de energia elétrica para iluminação pública.

A propósito do tema, referiu, que a AML – Área Metropolitana de Lisboa também deveria incidir a sua intervenção (com moções, entre outras) em questões locais, tentando-se assim e de forma faseada a redução da fiscalidade associada ao consumo de energia elétrica, tanto mais que autarcas de vários quadrantes políticos são unânimes em concordar que este estado de coisas não pode continuar.

Em relação aos terrenos da DRAGAPOR, informou que há muito que foi acordado com a presidente da APL – Administração do Porto de Lisboa – que se deveria em conjunto criar um programa para aqueles terrenos que são absolutamente privilegiados, cujo titular do direito de propriedade é a APL (embora o Município de Alcochete tenha uma pequena parcela integrada dos mesmos na sua esfera patrimonial). O programa deveria permitir a requalificação do troço da frente ribeirinha, com um programa apelativo, que tivesse a ver com água, com o rio.

Quando a empresa cessou a sua atividade, a Câmara por diversas vezes, se disponibilizou para ocupar o espaço com serviços municipais (mas sempre recusado) dado se ter essa vocação, através do setor do Desporto, tendo condições para a vivência

necessária que impediria a pilhagem e vandalismo que veio a ocorrer, tornando as instalações absolutamente irrecuperáveis.

Neste momento, continuam em curso negociações com a APL, para que dentro em breve toda aquela área poder ser objeto de uma limpeza, higienização e de uma delimitação física que impeça a continuação do estado de coisas que se verificam.

Quanto à questão das viaturas, frisou que apesar do aluguer operacional, a Câmara tem uma manifesta insuficiência de viaturas aos mais variados níveis, pelo que a tentativa de ir transformando para melhor a frota irá continuar de acordo com os diagnósticos efetuados.

Esclareceu que em relação à ocupação do espaço público com esplanada no largo da Feira, o mesmo não está licenciado e portanto, a Câmara deverá atuar no sentido de corrigir a situação e inicialmente de forma pedagógica.

- Vereador Jorge Giro:

Esclareceu a questão levantada por Iolanda Nunes, dizendo que pode haver discrepância entre o mapa de um mês com o resultado correto porque acontece que os munícipes pagam a fatura da água um ou dois meses depois. No sentido de uma melhor leitura, irá solicitar aos Serviços que alterem a apresentação do gráfico, mostrando-se inclusive disponível para apresentar o esclarecimento por escrito.

Em relação à questão colocada por Natacha Patinha, informou que lhe parece que a SIMARSUL está num processo de fusão com outros sistemas multimunicipais, aproveitando para uma vez mais explicar todo o processo de privatização que deu origem a um mega sistema de quase 90 municípios e que ficou com sede na Guarda.

Contudo, agora, existe a hipótese de a empresa SIMARSUL que foi extinta por Decreto-Lei poder vir a ser revertida e voltar assim, a ser autónoma, o que permitirá aos municípios ter uma maior e natural intervenção, na qualidade de acionistas.

Referiu também, relativamente à AMARSUL (que foi vendida à Mota Engil) que contrariamente ao que sempre aconteceu, os dividendos resultantes da sua atividade (cerca de um milhão e duzentos mil euros) não ficaram na empresa, mas foram distribuídos pelos acionistas, podendo com isso colocar-se a questão de poder vir a haver instabilidade nas taxas a cobrar.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Foram registados os seguintes pedidos de intervenção.

- Elisabete Lopes:

Na sequência da sua intervenção efetuada na sessão de fevereiro último, voltou a denunciar a falta que os munícipes sentem (focando particularmente o seu caso, porque tem esclerose múltipla) em acessibilidades para maior mobilidade na vila, sentindo-se por isso, uma cidadã de 2.^a.

- O senhor presidente da Câmara informou que rejeitava a ironia ínsita nas palavras da senhora, lamentando contudo o problema de saúde que a afeta, não deixando no entanto, de ser uma pessoa apesar do seu problema. Não é uma vítima social, mas sim, vítima da doença de que padece.

Uma vez mais voltou a esclarecer os motivos orçamentais que levaram a Câmara a não ter ainda conseguido implementar na vila e restante concelho, uma maior rede de acessos para pessoas com mobilidade reduzida. Reconhecendo o problema, pediu desculpa em nome da Câmara.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se registaram intervenções.

PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015

Submetidos os documentos à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Sublinhou que globalmente estes documentos são enormemente positivos, dado traduzirem as políticas de contenção de Despesa que ao longo dos anos serviram num primeiro momento para estabilizar a situação económica e financeira e depois para se iniciar um processo de recuperação, significando também, que se está a aplicar o plano de saneamento financeiro de forma conveniente e adaptada à realidade.

Do ponto de vista da Receita, afirmou que o que está registado corresponde à receita recebida. As despesas com Pessoal diminuíram duzentos e noventa mil euros apesar de no seu global haver um acréscimo no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros respeitante ao pagamento de dívida anterior à ADSE, estando no momento, apenas em dívida o valor de cinquenta e três mil euros.

Executou-se mais receita (acima dos compromissos assumidos) conseguindo-se por isso, reduzir significativamente a dívida de médio e longo prazo e curto prazo, sublinhando que ao ritmo dos patamares apresentados, a dívida de curto prazo em breve será residual. Torna-se necessário reduzir a dívida mas também promover investimento.

A Câmara fica otimista com os documentos, não deixando de ressaltar que está muito dependente dos seus impostos diretos (IMI, IMT, Derrama, IUC) e das transferências do Orçamento de Estado.

- Iolanda Nunes:

Relativamente ao Relatório de Gestão, solicitou esclarecimentos sobre:

- Rubrica “Doações”; “Promoção da Saúde”; Dívidas a terceiros: Associação Andante, Casa do Benfica e Partido Comunista Português.

Salientou ainda, a falta de cuidado que existe na redação dos documentos, solicitando maior rigor na aplicação do português, evitando-se a aplicação do novo e do anterior acordo num só texto.

- Pedro Canteiro:

Afirmou ser bom o resultado positivo que a Câmara obteve, mas não deixou de lamentar que as receitas tenham vindo diretamente dos impostos, coisa que tanto criticaram nesta Assembleia, quando afinal, a Câmara aplicou a mesma fórmula (do Governo PSD/CDS-PP) para fazer face às suas necessidades.

Em relação à Derrama, congratulou-se com o facto de as empresas sediadas no concelho darem lucro, que será certamente reflexo da boa gestão privada, contrariando aquilo que o PCP afirma. É bom existirem empresas com lucros, as quais, até ajudam no equilíbrio das contas da Câmara.

Referiu também que, apesar de bons resultados, a receita pouco ou nada contribuiu para o bem-estar das pessoas, dado continuarem a ter edifícios degradados, estradas com buracos, jardins e outros espaços sem manutenção.

- Luiz Batista:

Afirmou que para o PSD as contas apresentadas não são motivo de satisfação, porque o foram à custa de impostos. Só com o desenvolvimento e poder económico resultante das medidas do Governo PSD/CDS-PP é que foi possível reverter e obter este tipo de receitas. Da forma como a gestão da Câmara vinha a ser feita, quando se tem uma dívida de milhões é fácil dizer quando se pagam cem mil euros.

Não concordou com a não aplicação do IMI Familiar, assim como não ter sido reduzido o valor da taxa de IMI de 0,5% para 0,45%, acrescentando que Alcochete paga impostos máximos para serviços mínimos.

Questionou ainda se o pagamento efetuado relativamente a montantes em atraso à ADSE e à SIMARSUL se deveu a modo próprio ou se estas se ficaram a dever ao facto de a DGAL cativar verbas por incumprimento.

- João Lopes:

Questionou se a transferência de verbas para o Agrupamento de Escolas de Alcochete inclui a totalidade das verbas transferidas no âmbito das atividades do pré e do 1.º Ciclo e que percentagem representa este valor nas percentagens do Ministério da Educação para a autarquia.

No âmbito da Derrama, enalteceu, as políticas do anterior Governo, (criticadas muitas vezes na Assembleia Municipal) confirmando que com as mesmas é possível desenvolver a economia. Questionou se a Câmara tem intenção de criar outras dinâmicas para fixação de empresas no concelho.

- Fábio Bernardo:

Na sua opinião, a discussão destes documentos deve ser política e não técnica, mas que ainda assim, a gestão da Câmara até serve de exemplo ao Governo, dado que reformulou sem despedimentos e sem privatizações.

- Presidente da Câmara:

Afirmou não aceitar lições de moral de boa gestão dos deputados da Assembleia Municipal. Elencou algumas das políticas funestas para as pessoas, praticadas pelo anterior Governo, como foram as da Saúde e as Sociais. Voltou a lembrar os deputados da confrontação com que a Câmara se viu de redução dramática das suas fontes de financiamento, sem que tenha na altura optado por aumentar impostos, esperando quase utopicamente que a recuperação económica se faria com brevidade.

Não entende o desconhecimento existente de dinâmicas para sediar novas empresas em Alcochete, aproveitando assim, para elencar algumas, como por exemplo o investimento turístico “Praia do Sal”, “Continente Bom Dia”; Expansão da área logística do Passil e uma nova empresa no Parque Logístico do Passil, não esquecendo o bote “Leão” que, em breve, estará a navegar.

Esclareceu a não concordância da Câmara face à aplicação do IMI Familiar.

A Câmara e a Assembleia aprovaram por unanimidade um plano financeiro (com a abstenção do PSD por não confiar na capacidade de quem o desenvolvia) e conseguiu criar situações de estabilidade financeira e social, com o apoio dos trabalhadores, tantas vezes desconsiderados por membros da Assembleia.

- Vereadora Susana Custódio:

Esclareceu que as transferências que são feitas do Ministério da Educação para os municípios estão protocoladas e visam compensar aquilo que são competências do Ministério e que foram delegadas e referem-se a:

- Transportes, refeições e recursos humanos;
- Verbas destinadas às refeições aos alunos do escalão “A” e a 50% dos alunos do escalão “B”.

Em matéria de recursos humanos, o Ministério em tempos assinou um protocolo com a ANMP, transferindo para os municípios as responsabilidades de garantir auxiliares em sala de aula, nomeadamente no pré-escolar, contudo não paga a totalidade com estes recursos, indo a Câmara para além do que está protocolado, assegurando assim uma auxiliar em cada sala, contrariando a indicação do Ministério que é de uma auxiliar para 40 crianças.

Os valores (20 mil euros) referem-se a projetos educativos que resultaram em subsídios que a Câmara apoiou e que tiveram lugar até ao ano de 2010.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Entende que está demonstrado um grande esforço em fazer uma gestão rigorosa, salientando que não foram feitos cortes cegos, como fez o Governo PSD/CDS-PP.

A Câmara fez questão de regularizar as dívidas ao Movimento Associativo, a fornecedores, entre outros, e de criar condições para a implementação da Higiene e Segurança no Trabalho.

Esclareceu também, que pagar à ADSE antes do previsto não foi opção mas sim obrigação, senão teriam preferido pagar a pequenos fornecedores.

O presidente da Assembleia propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

Com a permissão do presidente da Assembleia Municipal, a Chefe da DAGR – Dr.^a Cláudia Santos – esclareceu devidamente as questões colocadas por Iolanda Nunes.

- Henrique da Câmara:

Afirmou, que fruto da sua atividade profissional, sabe bem quanto levam os serviços da Administração Central a pagar por serviços prestados. Por outro lado, lembrou que a falta de manutenção em espaços públicos não acontece só em Alcochete, chamando a atenção para o que se passa em Lisboa (mas destes não se ouve ninguém falar).

Ainda fruto da sua atividade profissional (taxista) congratulou-se com o facto de o turismo em Alcochete estar a crescer.

Submetidos os documentos à votação, foram aprovados por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 9 abstenções do PS, CDS-PP e PSD.

Fizeram declaração de voto Ana Cristina Brandão em nome da CDU e Luiz Batista em nome do PSD.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

O presidente da Assembleia lembrou a realização da Sessão Solene do 25 de Abril, solicitando às forças políticas a indicação por e-mail de quem usará da palavra na mesma.

Informou também, que a próxima Assembleia se realizará no dia 20 de junho, na freguesia de S. Francisco no salão do edifício da Junta.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:20 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: